

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 535.419 - SP (2019/0287016-2)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : GISELE XIMENES VIEIRA DOS SANTOS INÁCIO - SP205884**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : I V F S (INTERNADO)**  
**PACIENTE : G G DA C (INTERNADO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de I V F S e G G DA C apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, no HC n. 2133836-74.2019.8.26.0000, concedeu em parte o pedido de liminar.

Consta dos autos que aos pacientes foi aplicada a medida socioeducativa de internação pelo período de 1 ano e 6 meses como decorrência da condenação pela prática de ato infracional equiparado ao crime do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, em virtude da apreensão de **51g (cinquenta e um gramas) de maconha, 99g (noventa e nove gramas) de crack e 77g (setenta e sete gramas) de cocaína** – e-STJ fl. 20.

O Julgador de piso justificou a medida socioeducativa de internação nestes termos (e-STJ fls. 34/37):

Resta, então, analisar qual a medida sócio-educativa mais adequada para o caso. Os elementos constantes dos autos revelam que [omissis] **é recém saído da Fundação Casa pelo trafico de drogas, o que reforça a saída prematura da instituição, sendo certo que ainda não estava devidamente ressocializado, tanto que em liberdade tornou a se envolver com o mesmo crime**, não procurou estudar, tampouco trabalhar, mas sim o caminho fácil das drogas. [omissis] em que pese a possibilidade de viver em País sério, preferiu permanecer em solo nacional, com dedicação ao trafico de drogas, também deixando de estudar, para dedicar-se ao ócio e tráfico como meio de sustento. E mais, as genitoras de ambos, foram categóricas em trazer a informação que não possuem condições de impor limites aos filhos, além de ambos possuírem péssimas amizades. De fato, as famílias não se apresentam estruturadas para oferecer um acompanhamento, não sendo possível, em razão disso, apontar um familiar apto a impor-lhes a disciplina que necessitam para modificar o modo de vida atual. Ora, **mesmo [omissis] saindo**

da Fundação Casa, a genitora não conseguiu aproveitar-se deste momento, em que estava disciplinado, para manter limites, e proceder com a proteção do jovem, tanto que em menos de 08 meses voltou a delinquência. A genitora de [omissis], por sua vez, usa a sempre surrada tese do labor diário, como justificativa para não impor limites ou zelar pelo adolescente, que vem em uma crescente de atos infracionais, e reclamações, **inclusive já estando a cumprir medida por outro delito**. Por outro lado, ambos se mostram cientes da traficância, e do exercício de livre arbítrio para manterem-se em caminho devasso das drogas, não se conseguindo qualquer possibilidade de recuperação em meio aberto, necessitando de vigilância constante para conseguirem um norte correto para suas vidas. Também, pelo que parece os genitores aceitaram a ausência de comprometimento dos filhos com os estudos, sua saída da escola, a manutenção de amizades inidoneas, e o ócio em que estavam situados, não trazendo qualquer pontuação ou conduta ativa para reverterem a situação. Ora, se os genitores não conseguem, impor limites aos adolescentes, é necessário o Estado intervir para realinhar os infratores com a sociedade, trazendo os limites ate como meio de proteção. Os adolescentes necessitam de uma orientação constante e muito próxima, o que não possuem nas famílias, necessitando de ressocialização em meio fechado. Deixá-los nas ruas seria, no mínimo temerário, posto que as famílias já demonstraram que não possuem condições em prestar assistência mínima, não agindo de forma a limitar as atitudes dos representados, ou trazê-los para o seio familiar, mediante ingresso e acompanhamento em escola, alias, sequer conhecem os amigos dos adolescentes. Enquanto os genitores não conseguem impor limites aos adolescentes, eles permanecem nas ruas, fomentando o ócio e a violência urbana com o trafico de drogas e auxiliando na destruição de outras famílias e corroendo a sociedade. Fica claro que a aplicação de medida sócio-educativa mais branda, não terá o condão de ressocializar os adolescentes, pois permitirá que eles continuem vulneráveis, no ócio, e na escuridão do conhecimento, caminhando em más companhias, tudo isso a levá-los a praticarem atos infracionais. Para a aplicação da medida socioeducativa mais certa, há que se analisar a situação dos adolescentes como um todo, principalmente os antecedentes e a situação de amparo familiar. Não resta outra medida a ser aplicada, que não a Internação para ambos, visto que no convívio social, seriam um perigo para eles próprios e para a coletividade. O escopo do E.C.A. é a plena socialização do infrator. A melhor forma de obter isso do adolescentes é, no mínimo, tirá-los das ruas, submetendo-os a tratamento adequado. É sabido que a internação só deve ocorrer em casos extremos e em caráter excepcional. Mas o caso dos adolescentes é excepcional e **não há qualquer outra solução viável, pela gravidade do ato infracional, pela situação familiar e pela quantidade de droga que transportavam, pela reincidência, pelo histórico de transgressões, e ausência de vontade por parte dos envolvidos de se reintegrarem a sociedade.**

[...]

Entretanto, o ato infracional equiparado ao crime de tráfico de drogas, embora não envolva violência contra a pessoa, reveste-se de

# Superior Tribunal de Justiça

gravidade ímpar, na medida em que contribui para a degradação de um número cada vez maior de viciados e também porque funciona como uma importante mola propulsora de crimes, muitos dos quais praticados com violência. Não são raras as notícias de roubos praticados por usuários em busca do sustento de seu vício, tampouco a de homicídios cruelmente praticados na cobrança de dívidas de drogas ou na disputa de pontos de venda. Realmente o delito de tráfico envolve o que há de pior no ser humano em relação ao seu semelhante, lucrando-se e aproveitando-se da fraqueza humana, destruindo dependentes e familiares. Na verdade a droga se constituiu no principal mote da violência, sustentando toda uma cadeia criminoso, com lucro fácil, não sendo possível, premiar o traficante que tanto mal causa a terceiros. A violência que permeia o tráfico de drogas não se reflete nas provas imediatas de sua materialidade, mas é visível nos reflexos que produz até mesmo comunidades pequenas e mais afastadas dos grandes centros. Por isso, a prática de ato infracional dessa natureza não pode ser vista sob uma ótica meramente formalista das regras do Estatuto da Criança e do Adolescente. É certo que as medidas socioeducativas não tem por função precípua reprimir as práticas infracionais. Ao contrário, tem por escopo propiciar aos adolescentes a orientação e o auxílio necessários para que se mantenham distantes dos meios criminosos e não venham a reincidir. Também se prestam a incutir nos jovens noções de responsabilidade quanto às suas condutas e às relações estabelecidas na sociedade. **No caso dos autos, a internação se justifica não só pela gravidade do ato infracional praticado pelos adolescentes, mas, principalmente, pelo preocupante envolvimento dos adolescentes com a prática de atos em conflito com a lei e o precário respaldo familiar que recebem e apenas ressalta a necessidade da internação, visando a preservação e reeducação.** Diante de tais circunstâncias, a internação mostra-se como medida mais adequada para a ressocialização dos adolescentes e a conscientização quanto aos valores sociais. (Grifei)

Inconformada, a defesa impetrou, na origem, *writ* com pedido liminar na Corte estadual, alegando, em suma, a ausência de fundamentação e dos requisitos autorizadores da internação, mormente por se tratar, *in casu*, de ato infracional realizado sem violência ou grave ameaça.

O pleito foi, contudo, parcialmente deferido pelo Tribunal *a quo* apenas para determinar que, a cada seis meses, seja avaliada a manutenção da medida, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 52, grifei):

HABEAS CORPUS. Representação acolhida pela prática do ato infracional equiparado à figura prevista no artigo 33, caput, da lei nº 11.343/06. Aplicação de medida de internação pelo prazo de 01 ano e 06 meses, mediante avaliações anuais. Ordem pleiteada para o fim de alteração da medida socioeducativa imposta ao adolescente.

# Superior Tribunal de Justiça

**Inadequação da via eleita. Pretensão inconciliável com o estreito rito procedimental do presente *writ*. Questão que demanda revolvimento de provas e reapreciação do mérito e, portanto, deverá ser objeto de recurso próprio, caso assim deseje o paciente.** Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e desta C. Câmara Especial. Medida acoimada que não comporta prazo determinando e deverá ser reavaliada, no máximo, a cada seis meses. Inteligência do artigo 121, § 2º da lei n. 8.069/90. Ordem parcialmente concedida.

Por isso, requer, em liminar e no mérito, "*que os Pacientes sejam inseridos na medida socioeducativa de liberdade assistida. Ao final, requer a concessão da ordem, nos termos acima expostos, de modo que seja substituída a medida socioeducativa de internação aplicada pela de liberdade assistida*" (e-STJ fl. 10).

É, em síntese, o relatório.

No caso, a matéria tratada no *habeas corpus* não foi objeto de decisão pela Corte estadual, de modo que não pode ser apreciada neste Tribunal, sob pena de supressão de instância.

Com efeito, o Tribunal de Justiça local deixou de apreciar a tese de ilegalidade na aplicação da medida socioeducativa de internação com apoio nestes fundamentos (e-STJ fls. 53/56):

Trata-se, portanto, de questão que demandaria a reapreciação da sentença de mérito, com o revolvimento dos elementos de convicção reunidos no feito em que apurada a prática do ato infracional análogo ao crime de tráfico.

Acontece que a avaliação de acervo probante para que se afirmem cabimento e adequação de medida socioeducativa não se faz conciliável com o estreito rito procedimental do *writ*, cujas hipóteses de impetração, como já alhures observado, se encontram expressamente previstas no artigo 648 do Código de Processo Penal.

[...]

Tomando-se em conta os ensinamentos acima transcritos, tem-se que falta ao caso ora examinado justamente a prova pré-constituída do ilegal constrangimento ao direito de locomoção do paciente.

[...]

O tema, pois, deve ser tratado na via processual adequada, qual seja, a do recurso de apelação.

Por fim, nos termos do artigo 121, § 2º da lei n. 8.069/90, a medida acoimada não comporta prazo determinado e deverá ser reavaliada, no máximo, a cada seis meses.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Entretanto, constato estar presente o constrangimento ilegal consubstanciado na não apreciação do pedido pela instância de origem, vez que a análise do pedido prescinde de profundo revolvimento fático-probatório, bastando a verificação da existência ou não de fundamentos na decisão que impôs a medida da internação.

Ante o exposto, **concedo a ordem, de ofício, liminarmente**, para determinar que a Corte de origem aprecie a tese de não cabimento da medida socioeducativa de internação por se tratar de matéria de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator